

---

# Do acesso à informação aos Dados Parlamentares Abertos em Portugal

Leonor Calvão Borges

Assembleia da República

[leonorcborges@gmail.com](mailto:leonorcborges@gmail.com)

## Resumo

O princípio constitucional do arquivo aberto e a legislação sobre direito de acesso à informação em Portugal têm seguido uma linha evolutiva, liderando o processo de transparência ativa da administração.

Também a Assembleia da República, tem desenvolvido mecanismos próprios para permitir, de forma ativa o acesso à informação de que é detentora, de forma fácil, gratuita, usável e compreensível por parte dos cidadãos.

O objetivo do estudo é assim verificar se e como o Parlamento Português cumpre esse desiderato, fazendo uma reflexão crítica sobre o mesmo.

Para tal, o estudo será desenvolvido através da identificação e caracterização da evolução parlamentar dos dispositivos legais, regimentais e procedimentais que permitem essa abertura aos cidadãos, a que se segue uma análise de carácter qualitativo sobre a evolução do seu website.

Conclui-se pela melhoria da quantidade e qualidade das formas de visualização da informação parlamentar, num processo evolutivo que abrange mecanismos de participação cidadã.

**Palavras-chave:** Acesso à informação, Dados parlamentares abertos, Assembleia da República

## From access to information to Open Parliamentary Data in Portugal

### Abstract

The constitutional principle of the open archive and the legislation on the right of access to information in Portugal have followed an evolutionary line, leading the process of active transparency of the administration.

The Portuguese parliament has also developed its own mechanisms to actively enable access to the information it holds, in an easy, free, usable and understandable way on the part of citizens.

---

The purpose of the study is thus to verify if and how the Portuguese Parliament fulfills this desideratum, making a critical reflection on the same.

To this end, the study will be developed through the identification and characterization of the parliamentary evolution of the legal, procedural and procedural provisions that allow this openness to the citizens, followed by a qualitative analysis on the evolution of its website.

It concludes by improving the quantity and quality of the forms of visualization of parliamentary information, in an evolutionary process that includes mechanisms of citizen participation.

**Key-words:** Access to information, Open Parliamentary Data, Assembleia da República

## Introdução

O princípio constitucional do arquivo aberto e a legislação sobre direito de acesso à informação em Portugal têm seguido uma linha evolutiva, liderando, o mais das vezes, o processo de transparência ativa da administração. Essa evolução é visível na forma como a administração pública disponibiliza a sua informação, bem como no uso desse direito de acesso por parte dos cidadãos.

Também o acesso à informação parlamentar e correspondente *accountability* tem beneficiado do desenvolvimento de sistemas de governança onde o foco surge na transparência administrativa e no envolvimento com os cidadãos. Em termos regulamentares, o desenvolvimento das leis de acesso à informação, bem como, em resultado da *World e-Parliament Conference* realizada em Roma, em 2012, a assinatura, no mesmo ano, da Declaração para a Abertura e Transparência Parlamentar por 53 países, conduziu a um salto qualitativo de disponibilização de conteúdos parlamentares, beneficiando do enorme contributo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O Parlamento português tem seguido essa tendência no sentido da disponibilização e acessibilidade da sua informação, desenvolvendo mecanismos próprios regimentais, procedimentais e legais para o fazer.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é verificar se e como o Parlamento Português cumpre esse desiderato, fazendo uma reflexão crítica sobre o mesmo.

## Metodologia

Para tal, o estudo será desenvolvido através da identificação e análise dos dispositivos legais, regimentais e procedimentais sobre a matéria no Parlamento Português.

Segue-se uma análise de carácter qualitativo sobre a evolução do *layout* e conteúdos do *website* da Assembleia da República, com recurso ao portal Arquivo.pt e a relatórios de atividade da instituição, com o objetivo de descrever o seu aparecimento e desenvolvimento, tendo em vista a disponibilização da informação parlamentar e a acessibilidade da mesma através da evolução das formas de visualização da informação.

## Acesso, divulgação e reutilização de dados no parlamento Português

A análise comparativa da legislação geral e específica sobre acesso à informação permite-nos verificar que o Parlamento tem seguido uma linha constante de abertura em relação à disponibilização da informação de que é detentor. Para o efeito, destacam-se as várias alterações regimentais que o possibilitaram, com ênfase na reforma regimental de 2008, e no trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre o Parlamento Digital, criado em 2016, por iniciativa do atual Presidente da Assembleia da República (Borges, 2018).

A análise do desenvolvimento e evolução do *website* do Parlamento identifica claramente as fases percorridas no sentido de abrir a instituição aos cidadãos, através da promoção de políticas de digitalização massiva de conteúdos (caso dos Debates parlamentares, por exemplo) e desmaterialização de alguns procedimentos de apoio à cidadania (correio do cidadão, audições petições eletrónicas, só para referir alguns).

Assim, a criação em 1996 da primeira página institucional na rede internet e subsequente desenvolvimento do seu *website*, que se pode acompanhar nas imagens 1 a 6, seguiu de perto a evolução dos sites parlamentares ocorrida em meados dos anos 90 do século passado (Bernardes & Bandeira, 2016). De facto, tratou-se, numa primeira fase de «abrir uma janela» para o cidadão, disponibilizando informação sobre a instituição, os parlamentares, processo legislativo e fiscalização do Governo, apresentando os dois últimos ainda conteúdos limitados cronologicamente.



Imagem 1: Site da AR em 1996

Fonte: <http://arquivo.pt/wayback/19970206233802/http://www.parlamento.pt/>

A alteração introduzida em 1998 (imagem 2) apresenta já preocupações no domínio do grafismo, mantendo (mas alargando) os conteúdos disponíveis.



Imagem 2: Site da AR em 2000

Fonte: <http://arquivo.pt/wayback/20000611141018/http://www.parlamento.pt/>

O salto qualitativo dar-se-á com o aparecimento da nova versão, em 2002 (imagem 3); surge não só um novo *layout*, como também uma nova estrutura da informação e novas funcionalidades (Ferreira, 2017), como o aparecimento de uma visita virtual à sede do Parlamento, e, em 2003, o aparecimento do Canal Parlamento e consequente possibilidade de assistir, em direto, às sessões plenárias da Assembleia da República.



Imagem 3: Site da AR em 2003

Fonte: <http://arquivo.pt/wayback/20030210190837/http://www.parlamento.pt/index2.html>

Em 2004 surge uma nova potencialidade, dando acesso a bases de dados internas, sendo iniciada a disponibilização dos Debates Parlamentares entre 1821 e a atualidade, resultante da digitalização massiva das atas das sessões plenárias, bem como o catálogo da Biblioteca (imagem 4).



Imagem 4: Site da AR em 2004

Fonte: <http://arquivo.pt/wayback/20041022043407/http://www.parlamento.pt/documentacao/index.html>

A alteração de 2008 (imagem 5) apresenta um gestor conteúdos que facilita uma maior descentralização da informação (Ferreira, 2017) e uma área designada por espaço cidadão. O espaço disponibiliza pontos de contato, *links* diretos para o pedido de informação e mecanismos de democracia participativa, como a entrega de petições *on-line*, a iniciativa legislativa do cidadão e a participação em fóruns de discussão, sendo especialmente concebido para a fomentar o exercício da cidadania e a partilha de conhecimento através da participação dos cidadãos.

Ao longo dos anos vão-se aumentando os produtos e serviços disponibilizados aos cidadãos, permitindo uma reutilização dos mesmos como fontes de investigação parlamentar (Pereira, 2018).



Imagem 5: Site da AR em 2008

Fonte: <http://arquivo.pt/wayback/20081022010350/http://www.parlamento.pt/Paginas/default.aspx#>

A alteração profunda da nova versão disponibilizada em 2018 (imagem 6) pretende melhorar a qualidade da democracia parlamentar através das novas tecnologias, aproximando o Parlamento dos cidadãos, através de uma maior e melhor comunicação, permitindo reforçar o escrutínio informado sobre a Assembleia da República. A sua estrutura possui três novas áreas: Memória, Cidadania e participação e Comunicação, apresentando ainda a novidade dos Dados Abertos, organizados em 17 áreas temáticas, subdivididas por legislaturas, onde é possível exportar, em formatos XML e JSON para livre reutilização.



Imagem 6: Site da AR em 2018

Fonte: <http://www.parlamento.pt/>

## Conclusão

O trabalho permitiu identificar a evolução legal, regimental e procedimental no sentido de uma maior transparência e divulgação ativa da informação na Assembleia da República, bem como dos mecanismos de democracia participativa criados para o efeito.

A análise qualitativa da evolução do *layout* e conteúdos do seu *website* permite constatar uma evolução institucional no sentido da participação cidadã – tanto pela divulgação massiva de conteúdos, como pela adequação de formas de comunicação direta com os cidadãos, sendo possível verificar a forma como o Parlamento tem apostado na melhoria das formas de visualização da informação parlamentar. Destaca-se a recente criação de um espaço próprio de Dados Parlamentares Abertos, permitindo a reutilização da informação parlamentar.

## Referências Bibliográficas

BERNARDES, Cristiane Brum; BANDEIRA, Cristina Leston (2016) – Information vs Engagement in parliamentary websites – a case study of Brazil and the UK. [Em linha] Rev. Sociol. Polit., Vol. 24, Nº. 59, p. 91–107. [Consult. 01 Set. 2017]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v24n59/0104-4478-rsocp-24-59-0091.pdf>>

BORGES, Leonor Calvão (2018) – Mecanismos parlamentares de democracia participativa: o exemplo da Assembleia da República. In Centros y periferias: Confluencia, empoderamiento e innovación en Humanidades. Las Palmas: Editorial Academia del Hispanismo. P. 41–58.

FERREIRA, Ana Paula (2017) – As “velhas” novas tecnologias e o desafio das redes sociais. Apresentação ao IV Encontro de Quadros das Áreas de Documentação, Informação e Arquivo dos Parlamentos de Língua Portuguesa.

PEREIRA, Fernando Marques (2018) – A relevância, impacto, qualidade e reutilização dos produtos de informação. Apresentação ao V Curso de Formação Interparlamentar.